

HISTÓRIAS, NARRATIVAS E CIRCULARIDADE DE IDEIAS: OLHARES SOBRE O ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XIX

Levy Soares da Silva¹

Resumo: No século XIX a Província do Espírito Santo compunha o mosaico do Brasil nação que havia sido formado, envolta em toda a sua complexidade, tornou-se alvo daqueles que queriam descortinar o seu território, poderes e identidades. Os estrangeiros, e mesmo os nacionais, que excursionaram pelo território espíritossantense praticavam a mobilidade humana e, ao mesmo, tempo a circularidade de ideias, uma vez que, traziam consigo ideias prévias e as confrontavam com a realidade que encontravam. Nesse sentido, nos propomos a analisar duas significativas narrativas sobre o Espírito Santo, a saber, *O Espírito Santo em princípios do século XIX* escrito por D. José Caetano da Silva Coutinho durante suas visitas pastorais à província nos anos de 1812 e 1819, e *Viagem pelos trópicos brasileiros: Província do Espírito Santo* escrito pela princesa Teresa da Baviera aquando de sua visita à província em 1888. Sendo ele nacional e ela estrangeira, compreendemos a possibilidade de analisar pluralmente as ideias que tinham e as ideias que registraram sobre o Espírito Santo no primeiro e no último quartel do século XIX, respectivamente, por meio da metodologia da análise do discurso, considerando que ideias se articulam, se significam, são transmitidas e recebidas, compondo um processo mais amplo e complexo, qual seja, a produção de sentido, o qual almejamos alcançar. São três fundamentos nos quais nos amparamos nesse trabalho, em primeiro lugar está a qualidade das narrativas com as suas ricas descrições. Em segundo lugar, os autores encontram-se entre dois mundos, pois não pertencem ao ambiente que visitam. E em terceiro lugar de natureza teórica, a validade em explorar essas fontes está na operacionalização do conceito de escala em estudos históricos, formulado por Jacques Revel (1998), pelo qual a análise de algo muito particular possibilita obter elementos reveladores que conduzem a observação mais ampla do processo social e cultural.

Palavras-chave: Brasil; Espírito Santo; Século XIX; Livro de Viagem; Cidade de Vitória.

Introdução

No século XIX a Província do Espírito Santo compunha o heterogêneo mosaico do Brasil nação que havia sido formado, envolta em toda a sua complexidade, tornou-se alvo daqueles que queriam descortinar o seu território, poderes e identidades. Os estrangeiros, e mesmo os nacionais, que excursionaram pelo território espíritossantense praticavam a mobilidade humana e, ao mesmo, tempo uma intensa e profícua circularidade de ideias, uma vez que, traziam consigo muitas e distintas ideias prévias e, naturalmente, as confrontavam com a realidade que encontravam durante a sua estadia e percurso, que eram muito variados e com objetivos diversos.

Nesse sentido, nos propomos a analisar duas significativas narrativas sobre o Espírito Santo do Oitocentos, a saber, *O Espírito Santo em princípios do século XIX* escrito por D. José Caetano da Silva Coutinho durante suas visitas pastorais à província nos anos de 1812 e 1819, e *Viagem pelos trópicos brasileiros: Província do Espírito Santo* escrito pela princesa Teresa da Baviera aquando de sua visita à província em 1888. Sendo ele nacional e ela estrangeira, compreendemos a distinta possibilidade de analisar pluralmente as ideias que tinham e as ideias que registraram sobre o Espírito Santo no primeiro e no último quartel do século XIX, respectivamente, por meio da consagrada metodologia da análise do discurso, considerando, evidentemente, que ideias se articulam, se significam, são transmitidas e recebidas, compondo um processo mais amplo e complexo, qual seja, a produção de sentido, a qual almejamos alcançar.

São três fundamentos norteadores nos quais nos amparamos nesse trabalho, em primeiro lugar está a própria qualidade das narrativas enquanto fontes, com as suas ricas descrições. Em segundo lugar, os autores encontram-se entre dois mundos, pois não pertencem ao ambiente que visitam, possibilitando a aferição entre ideias prévias e posteriores sobre a Província do Espírito Santo. E em terceiro lugar de

¹ Especialista em Gestão Educacional Integrada – Instituto Superior de Educação de Afonso Cláudio – ISEAC, Espírito Santo.

natureza teórica, a validade em explorar essas fontes está na operacionalização do conceito de escala em estudos históricos, formulado por Jacques Revel (1998), pelo qual a análise de algo muito particular possibilita obter elementos reveladores que conduzem a uma observação mais ampla do processo social e cultural.

O Brasil e o século XIX

No decorrer do século XIX, o Brasil passou por uma série de transformações na economia, na cultura, na sociedade e também na política. Expressivamente, abarcou o início, o auge e o declínio do regime monárquico. Em grande medida, essas transformações procuravam inserir o Brasil no rol das chamadas grandes nações, que buscavam perenemente o desenvolvimento, a cientificidade e o progresso sendo, nesse caso, os países europeus e os Estados Unidos os modelos a serem seguidos. O Brasil passou a estar, então, entre dois mundos.

A vitrine dessas transformações era a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, onde a população assistia, progressivamente, às figuras alegóricas da Luz e da Civilização, vencerem o Gênio das Trevas, e libertando o país do obscurantismo, antes que a apoteose final mostrasse a inequívoca vitória do Progresso e da Civilização, saudados por todas as nações da terra, que reconheciam, embandeiradas, o primado da concórdia e da ciência (NEVES, 2014, p. 122-123).

Essa fase pode ser considerado um período ímpar, pois representa um momento de consolidação da nacionalidade, e que traz consigo todas as implicações inerentes a este crucial aspecto. Nesse sentido, ao longo do período do Oitocentos o Brasil se afirmou como país e atravessou uma série de modificações. Evidentemente que esse processo não ocorreu sem percalços, de forma linear e completa, de modo que

[...] O Brasil experimentou transformações, modernizou suas instituições políticas, sua estrutura econômica, suas relações sociais, sem que tenham sido superadas certas mazelas e contradições que, permanentemente atualizadas, têm confirmado o apego à desigualdade, à exclusão e à marginalização sociais, que estão na base de impasses históricos que o Brasil tem reiterado (PAULA, 2012, p. 179).

Nesse sentido, precisamos considerar que o Brasil no final do Oitocentos era um território em franca transformação e que o contexto vivido no último quartel do século XIX ensejava ou embasava as modificações que começavam a ocorrer e, por isso mesmo:

Se tomarmos como hipótese que, para compreender a corte imperial entre 1870 e 1889, é preciso situá-la entre dois mundos, o da construção da unidade como tradução da ordem própria do império do Brasil e o da ordem entendida como progresso, tal como, emblematicamente, sintetizará o fragmento da divisa positivista bordado a ouro na bandeira republicana (NEVES, 2014, p. 130).

A cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do império do Brasil, era uma cidade que se via e era vista por todo o território como titular entre dois mundos: o da cultura europeia e o da natureza pujante das Américas. E assim se via e era vista porque o lastro da tradição representado pelo império e pelo sangue europeu que corria nas veias do monarca poderia contrabalançar aquilo que era percebido como 'os perigos das novidades do tempo' e garantir a ordem, princípio e fundamento dos projetos políticos das velhas e novas elites do Brasil do século XIX. (NEVES, 2014). Pois,

Artífice da construção da unidade da ordem na primeira metade daquele século [XIX], o Estado imperial, poderia, para alguns, construir o progresso sem ameaçar a ordem. Para outros, que desde 1870 engrossavam as fileiras republicanas, o império tornara-se obsoleto, e a ordem identificada com o progresso era o cerne de um projeto para a república. Para uns e para outros, no entanto, o Rio de Janeiro, no papel de corte imperial ou na função prevista para a cidade como capital federal, era e continuaria a ser a cidade-capital de onde

Porém, essas transformações também teriam que ocorrer no restante do país para que se consolidassem efetivamente no conjunto. Assim, nos propomos a analisar de que forma essas transformações ocorreram na cidade de Vitória no final do século XIX, a fim de compreender se a capital da Província do Espírito Santo estava acompanhando o passo dos novos tempos, e de que maneira essas transformações foram percebidas pelo olhar estrangeiro, pois aquele que não é vivente local possui um olhar diferenciado para perceber elementos que possam parecer rotineiros aos locais, possibilitando-nos, assim, obter um panorama rico e diversificado.

Foram muitos os estrangeiros que conseguiram empreender uma viagem ao desejado território do Brasil, não era uma tarefa fácil, além de ser de alto custo. O resultado dessas viagens foi uma imensa produção que descrevia os elementos componentes do Brasil. Extremamente variada essa produção compõe-se de cartas, relatos, diários, narrativas, mas principalmente livros, pois estes especificamente eram produzidos considerando um público leitor potencial, esses escritos passaram a compor o que se convencionou nomear de literatura de viagem.

Esses componentes da literatura de viagem, além de quadros, ilustrações, pinturas, desenhos, passaram a ser utilizados como fontes para a compreensão do Brasil do Oitocentos em consonância com as perspectivas historiográficas de se alargar o corpo de fontes para se obter uma interpretação adequada do passado. Assim, a literatura de viagem passou a ser considerada para além do quesito da curiosidade e do fantástico.

Dessa maneira, utilizaremos como fontes o livro de viagem: *Viagem ao Espírito Santo* escrito pela princesa Teresa da Baviera quando excursionou pela Província do Espírito Santo, durante sua viagem ao Brasil, em 1888, no último quartel do século XIX e o livro: *O Espírito Santo em princípios do século XIX* escrito pelo bispo D. José Caetano da Silva Coutinho quando visitou a província em 1812 e 1819. São três fundamentos nos quais nos amparamos nesse trabalho, em primeiro lugar está a qualidade das narrativas com as suas ricas descrições, a busca pela cientificidade e os registros que nos oferta. Em segundo lugar, os autores encontram-se entre dois mundos, pois não são viventes locais. E em terceiro lugar, de natureza teórica a validade em explorar essa fonte está na operacionalização do conceito de escala em estudos históricos, formulado por Jacques Revel (1998) sustentando que a análise elaborada de algo muito particular possibilita obter elementos reveladores que conduzem a observação mais ampla do processo social, em toda a sua pluralidade e multiplicidade.

Os viajantes estrangeiros foram, desde sempre, grandes leitores do Brasil, os seus registros elaborados sob forma de cartas, diários, livros, pinturas compõem um conjunto de fontes relevantes para a História. O confronto entre as idéias prévias que traziam e a realidade que encontravam possibilita uma interpretação diferenciada, sobretudo, do último quarto do século XIX quando as mudanças pelas quais o Brasil vinha passando começam a se acentuar mais, principalmente no campo político.

Os viajantes estrangeiros na província do Espírito Santo

Os viajantes estrangeiros que ingressaram no Brasil no transcorrer do século XIX compunham um grupo

seleto com tempo de permanência determinado nas terras brasileiras enquanto viajantes e distantes de relacionamentos prolongados com os habitantes locais por procederem de outros países enquanto estrangeiros. É preciso atentar para o fato de que na maioria das vezes “as duas características se confundem em alguns aspectos. Viajantes e estrangeiros, embora sem ser propriamente nômades, se fixam apenas temporariamente, conservando uma posição de autonomia diante do espaço ocupado pela população local” (SIMMEL, p. 273-295, *apud* Leite, 1997, p. 161).

Os motivos para a realização de uma viagem ao Brasil eram os mais variados possíveis, mas é certo que a grande maioria, antes de qualquer coisa, queria conhecer um imenso pedaço de terra praticamente intocado e que até então se mantinha inacessível, com nativos e natureza em sua forma original, e muito diferente do que estavam habituados em seu mundo de vivência, mas já muito difundidos através de variados e férteis imaginários que não supriam mais a vontade de ver com os próprios olhos que se generalizou, sobretudo, entre os europeus.

E à medida que os viajantes estrangeiros, sobretudo aqueles com objetivos definitivamente voltados para a publicação, iam empreendendo o sonhado trajeto, isto é, realizavam o seu percurso e observações pelas terras do Brasil, retornavam ao seu país de origem, sistematizavam os relatos e os publicavam, o número de interessados em fazer a viagem certamente crescia, estes viam o seu pensamento cada vez mais aguçado e conflituoso diante das, mesmo que pequenas, variações que os relatos dos viajantes apresentavam.

Para solucionar esta demanda restava apenas uma única saída, viver a sua própria experiência pessoal de conhecer o território do Brasil, ver com os seus próprios olhos o que era descrito pelos viajantes, mesmo que sendo estes seus contemporâneos e não raro seus compatriotas ou mesmo amigos, mais no caso dos cientistas. O resultado disso, e que não podemos desconsiderar é que “os viajantes foram, portanto, os grandes cronistas da vida brasileira dos séculos XVI a XIX, descrevendo em suas obras aspectos da terra, da gente, dos usos e costumes do Brasil” (GASPAR, 2010, p. 2).

Para os viajantes naturalistas a realização da viagem ao Brasil se tornou algo praticamente impositivo, pois mesmo antes da possibilidade de acessar o meio natural brasileiro elementos do meio científico europeu começavam a questionar a validade de se poder escrever sobre determinados assuntos sem de fato ter observado os componentes dos mesmos, porém diante da possibilidade de poder ingressar no Brasil havia chegado ao fim a justificativa, já não muito mais aceita, de se poder escrever sobre determinados assuntos, sobretudo os de caráter científico, sem o contato real pela impossibilidade de acesso, logo

Se era preciso saber, e para saber era preciso ver, tornava-se necessário viajar. Se a partir de 1808, o Brasil se apresentava disponível ao viajante europeu, de outro lado se observava na Europa uma disposição, ou até uma necessidade, para a viagem. Assim, o naturalista viajava para ver, para então, a partir do que foi visto, dar sua contribuição ao mundo da ciência (RIBEIRO, 2004, p. 37).

A viagem ao Brasil tornava-se idealizada, mas essa idealização começava a ser desfeita ainda no planejamento, pois não era muito fácil obter os meios necessários para se chegar as terras brasileiras, um aporte de recursos financeiros se fazia extremamente necessário como ponto inicial, mas nem sempre possível a uma grande parte dos que pretendiam conhecer os pertences naturais do Brasil e produzir as suas próprias descrições ou formar as suas conclusões.

No século XIX, O Espírito Santo era uma das províncias constitutivas do Brasil. A capital da província, a cidade de Vitória, sediava o centro administrativo provincial, mesmo assim não era um modelo urbano a ser seguido, sem sistemas de água e esgoto, sem recolhimento de lixo e sem iluminação pública, com ruas precárias era uma cidade insalubre, os seus habitantes sofriam com constantes epidemias de varíola, cólera e febre amarela.

Durante muito tempo a habitabilidade de Vitória se resumiu a parte alta da cidade muito por uma questão de proteção a possíveis invasões estrangeiras e ataques indígenas, mas “[aos poucos] a cidade vai descendo da elevação e ocupando também as partes baixas. Evoluindo de seu desenho de cidade fortificada, Vitória aos poucos assume uma vocação portuária (MENDONÇA et al, 2009, p. 42)”, iniciando com um modestíssimo cais que posteriormente originará um porto, a utilidade principal deste aparato era o embarque dos produtos de exportação e o desembarque de produtos vindos de outras regiões para consumo interno da província.

Mas esse cais tornou-se também a porta de entrada dos viajantes estrangeiros, tal como acontecia no porto principal, como ponto inicial, de chegada dos viajantes na cidade do Rio de Janeiro os que visitavam o Espírito Santo tinham como primeira visão a Baía de Vitória, era o momento das primeiras impressões do território que percorreriam ao longo de sua estadia.

Na ausência de historiadores profissionais que pesquisassem o tema com os referenciais teórico e metodológico, o escritor Levy Rocha procurou preencher uma das muitas lacunas da História do Espírito Santo com uma publicação voltada para o grande público utilizando como fonte primária os relatos dos viajantes estrangeiros, pois uma vez em solo brasileiro muitos também percorreram o Espírito Santo e fizeram os seus registros de observações e experiências vividas, conforme explica Bittencourt,

Em *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*, Levy Rocha resume, de maneira primorosa, a passagem de muitos estrangeiros ilustres pela Província do Espírito Santo, alguns eram naturalistas, entre eles estão o barão Georg Heinrich von Langsdorff, Johan Julius Linden, o barão de Tschudi, Charles Frederick Hartt, a princesa Teresa da Baviera, e, sobretudo, Saint-Hilaire e Maximiliano, Priz von Wied-Neuwied, entre outros [...]; (BITTENCOURT, 2006, p. 27).

Assim, foram vários os estrangeiros que se interessaram em conhecer a Província do Espírito Santo ao longo do século XIX, sob signos distintos e elaborando registros bastante diversificados sobre a sua experiência em terras capixabas, felizmente uma parte significativa desses registros sobreviveu como fonte para a posteridade.

A princesa Teresa da Baviera, D. José Caetano da Silva Coutinho e a cidade de Vitória no século XIX

No decorrer do século XIX, além dos homens, muitas mulheres, nobres ou não, por motivos diversos realizaram viagens, mas a produção que resultava de suas observações não era especificamente destinada à publicação uma vez que eram escritas como cartas familiares ou diários íntimos. Mas, ocorre justamente o contrário no caso de Teresa da Baviera que publicava as suas obras, como resultado de suas pesquisas voltadas para o meio científico.

Teresa era filha do rei Luitpold, que assumiu o trono do reino da Baviera em 1886 e governou até 1912, e de Augusta Ferdinand (1825-1864), arquiduquesa da Áustria e princesa da Toscana, que se casaram em

1844. Eles tiveram quatro filhos: Ludwig (1845-1921), Leopold (1846-1930), Arnulf (1852-1907) e Therese Charlotte Marianne Auguste, que nasceu em Munique no ano de 1850. Sua mãe morreu quando ela tinha 14 anos, e a partir de então Therese foi criada pela tia Marie, esposa do rei Maximiliano II, que a menina chamava de rainha-mãe.

Adentrar num campo até então dominado exclusivamente pelos homens implicava também em aceitar determinadas normas e modelos da produção da literatura de viagens utilizados por eles na forma de diário, ainda que não fosse o ideal ou o mais adequado aos objetivos da viagem, é possível verificar na literatura de viagem das mulheres a aceitação dessas regras, mas apesar de ter sido aceito e utilizado pelas viajantes estrangeiras é certo que

Apenas uma delas, exatamente a que já era uma naturalista profissional, no final do século XIX, é que se atreve a discutir as desvantagens do modelo de diário. Trata-se de Teresa, princesa da Baviera [...]. É esta cientista, a única das viajantes que pôs em questão a forma de diário, no Livro de Viagem [ao Brasil], como pouco adequada para o seu trabalho. Essa forma impede uma visão de conjunto das impressões e de utilizar experiências recebidas ou completadas posteriormente. Quando tomou consciência das desvantagens da forma, a obra já avançara demais para ser recomeçada e permaneceu como começara. E não foi traduzida para o português (LEITE, 2000, p. 134, 135).

Com uma inegável e aguçada capacidade de observação, a princesa Teresa da Baviera fez inúmeras viagens, sempre de maneira incógnita, da Escandinávia ao Mediterrâneo, Oriente, ilhas britânicas, Rússia, México, França, Portugal, Espanha, territórios balcânicos, Itália, ilha de Malta, Argélia, Tunísia, América Central, Estados Unidos, Canadá, Bolívia, Colômbia, Peru, Chile, Argentina, Equador, Panamá e Brasil. É possível perceber, pela quantidade de lugares onde esteve, a predileção pela América do Sul, como atestam os livros que lhe foram consagrados.

Em 1812 e em 1819, o bispo José Caetano da Silva Coutinho realizou as suas visitas pastorais à Província do Espírito Santo. As suas anotações formaram um diário de viagem, cujo original encontra-se arquivado na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Para sabermos um pouco mais sobre sua pessoa, temos o seguinte:

José Caetano da Silva Coutinho não era um bispo qualquer. Com efeito, no volume III da Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, de Debret, o bispo é apresentado em descrição que pede transcrição integral:

Aos legisladores e sábios que tanto contribuíram para a regeneração do Brasil, devemos associar o prelado filósofo e literato que presidiu sucessivamente a Assembleia Legislativa e o Senado, José Caetano da Silva Coutinho. Esse homem extraordinário nasceu em Lisboa em 1768. Aluno distinto da Universidade de Coimbra, mas de família plebeia, entrou para as ordens onde teve brilhante carreira, aberta por uma erudição profunda e uma filosofia sadia que o conduziram ao episcopado.

Nomeado arcebispo de Clanganoras (possessão portuguesa na Ásia), trocou este título pelo mais modesto de bispo do Rio de Janeiro. Foi somente, entretanto, após a chegada da corte ao Brasil, que tomou posse da diocese com a obrigação voluntária de percorrê-la anualmente, consagrando com regularidade dois meses da estação conveniente à visita sucessiva das cinco províncias que formavam o bispado. Aí fundou ele assim as cidades de Valença, Pilar, Resende e São José do Rio Bonito, todas cias sedes de distritos hoje.

Capelão-mor do Rio de Janeiro coroou pontificalmente, em 1822, Pedro I imperador do Brasil; deputado brasileiro, presidiu a Assembleia Constituinte em 1823; quando esta foi ameaçada de dissolução, pelo Imperador, permaneceu no recinto durante as 24 horas que precederam o golpe de Estado executado à mão armada e que o obrigou a deixar a poltrona em que se resignara a morrer. Reeleito para a convocação seguinte, presidiu sem interrupção a Assembleia Legislativa até 1825, época em que foi chamado ao Senado, a ele presidindo igualmente até 1823, último ano de sua vida (COUTINHO, 2002, p. 13-14).

Sabendo agora quem eram Teresa da Baviera e José Caetano da Silva Coutinho, vamos analisar os seus escritos sobre a Província do Espírito Santo, mas detendo-nos num aspecto que é comum aos dois: a

cidade de Vitória, porta de entrada a todos aqueles que desejavam conhecer as terras capixabas. O bispo do Rio de Janeiro D. José Caetano da Silva Coutinho realizou duas visitas pastorais a Província do Espírito Santo, a primeira no ano de 1812 e a segunda no ano de 1819, em ambas realizou as suas anotações na forma de um diário, registrando primordialmente os aspectos religiosos, mas como ocorre no caso dos viajantes em geral, ele não se deteve apenas ao aspecto principal que vinha observar, tendo registrado diversas outras características da terra que visitava. Sobre a cidade de Vitória, capital provincial, ele registrou que inicialmente que:

Esta vila tem um certo ar de tristeza, como Óbidos e Alenquer, com as quais se parece, posto que maior que qualquer delas. Dista pouco mais de uma légua do oceano, que entra encostado ao Moreno, e vai fazer uma vasta enseada semeada de ilhas mais ou menos pedregosas e montuosas, sendo a maior aquela em que está fundada a vila por modo de anfiteatro entre a praia e o flanco das montanhas, mostrando muitas casas nobres de dois e três andares, igrejas, torres, e sobretudo o magnífico colégio dos jesuítas; destacando por trás de tudo isto os montes, os rochedos, os arvoredos, que fazem um grupo bastante pintoresco, e ao longe da outra banda do canal uma perspectiva arrogante e impostora. Mas o interior não corresponde, porque as ruas são tortas e estreitas, as casas velhas, e os capixabas pobres, feios, e poucos 'absque eo, quam intrinsecus latet'. Chamam-se estes homens capixabas, das pequenas hortinhas que cultivam, e que na língua brasílica têm este nome; ou de uma das suas três fontes, que tem este nome, e é a que fica na extremidade oriental; a segunda fonte é chamada a Grande, e fica no meio da vila; e a terceira, chamada da Lapa, fica no Campinho, na extremidade ocidental; e todas têm excelentes águas. Os ares também são mui puros e ventilados; outras mais coisas me agradaram nesta terra; e se a comunicação com Vila Rica, que está no mesmo paralelo de 20 graus, a restaurar da decadência que tem tido, eu a preferiria a Campos para viver nela, apesar do maior número e riqueza dos rústicos campistas. Campos respira visivelmente mais indústria e opulência; a vila da Vitória não tem mais de quatro mil almas, posto que a freguesia passe de 10.000; no seu porto não vi mais de uma dúzia de sumacas, e poucas canoas e barcos em movimento; mas tem mais arde antiguidade e nobreza: decida cada um como quiser, entre os rivais e partidistas de uma e outra (COUTINHO, 2002, p.116).

O resultado escrito da viagem da princesa Teresa da Baviera ao Brasil em 1888 é o livro: Minha viagem aos trópicos brasileiros, que levou nove anos para ser publicado, pois os materiais e espécimes coletados na viagem tinham que ser adequadamente catalogados. Entre os meses de agosto e setembro, a princesa Teresa excursionou pela Província do Espírito Santo, sobre sua capital, a cidade de Vitória, ela registrou inicialmente que:

A cidade, localizada no trecho sudoeste da ilha do Espírito Santo engloba uma ilha de 25 a 30 km de perímetro e se liga ao terreno montanhoso. As casas estão parcialmente em ruínas, as estradas com muitas baixadas e subidas são estreitas e abandonadas e o asfalto é ruim. Mas em compensação, as paisagens vistas das estradas em direção à baía, o Lameirão e as linhas montanhosas das montanhas distantes são maravilhosos. Também os arredores da cidade são atraentes pelo seu caráter alpino. Declives íngremes e lisos, cobertos por trechos de capim interrompidos por partes rochosas, descem em direção às águas e se elevam por detrás das casas, chegando a alturas de 300 m. Ora aqui, ora acolá, se apresenta um quadro naturalmente emoldurado das cadeias de montanhas enfileiradas, tendo em primeiro plano sempre o mesmo mar (BAVIERA, 2013, p. 142-143).

Nesse caso, observamos que para os ilustres visitantes se estruturalmente a cidade não é um exemplo a ser seguido, as suas lacunas são contrabalanceadas com a parte física, como uma espécie de compensação, que acaba por equilibrar, ou amenizar, o conjunto. No que concerne ao aspecto dos templos religiosos, o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho registrou que

Há nesta vila 10 igrejas públicas. A matriz, que é magnífica, posto que ainda não esteja acabada, nem tenha torres, nem sacristia; a capela do colégio, que é excelente; Nossa Senhora da Conceição; Santa Luzia; o Rosário dos pretos; o convento de São Francisco, que tem só três frades de missa, e a capela dos terceiros dentro dele, como em Cabo Frio, e por consequência nada de briga com os carolas; a igreja do Carmo tão miserável como o seu convento, que tem só um frade, e bem vermelho, e a capela dos seus terceiros mais imediata e contígua que a do Rio de Janeiro, e por consequência também nada com os carolas;

a igreja de São Gonçalo e a igreja da Misericórdia, ambas com muita ruína; não obstante isso desejo visitar esta última na minha volta do Rio Doce; e veremos se temos alguma caravana como em Campos (COUTINHO, 2002, p. 114).

A seu turno, no final do século XIX, princesa Teresa da Baviera registrou sobre o aspecto religioso que:

A cidade de cerca de 20.000 habitantes, com 12 igrejas e capelas, dispõe no momento de apenas um sacerdote. Por consequência, só teve lugar uma única missa em toda a cidade e mesmo esta não contou com muitos frequentadores. Esse tipo de situação indica claramente a falta de padres no Brasil, bem como o enfraquecimento do espírito religioso no grande reino imperial. A igreja onde a missa foi rezada não tinha bancos nem cadeiras e era muito feia.

Quando fomos à missa hoje pela manhã, quinta-feira, portanto dia útil, não havia ninguém na igreja além de nós e uma menina. Esse baixo número de frequentadores de igreja contrasta muito com o número normal de frequentadores das igrejas católicas alemãs, mesmo em dias úteis.

Além dessa igreja, que nos impressionou pela arquitetura, não visitamos nenhuma outra. Aliás, não visitamos nenhum outro prédio público de Vitória. Pois por mais maravilhosa que seja a paisagem brasileira, considerando a média, raramente as obras humanas impressionam por algum tipo de beleza. Possivelmente também a Capela de São Tiago, agora denominada de Capela Nacional, que se encontra no palácio do governo, o antigo colégio jesuíta, está sujeita a essa mesma regra geral.

Essa capela pode ser chamada de interessante somente pelo fato de que os restos mortais do famoso Padre José de Anchieta se encontravam abrigados em seus muros (BAVIERA, 2013, p. 143-144).

As comparações feitas pela princesa Teresa entre a realidade com que estava acostumada e a que vivenciava temporariamente era esperada e mesmo inevitável, pois era preciso demarcar essas balizas para propagar a superioridade europeia. Mas também,

Essa experiência e visão nos permite [...] ler a cidade esquadrejada entre o velho e o novo, entre o peso do atraso e o desejo do progresso, entre a beleza da paisagem e a feiúra das ruelas tortas e sujas, entre as sobrevivências coloniais e os projetos modernos, entre a superstição e a razão ao contemplar [...] sobre a cidade, o presente, o passado e o futuro, ou seja, se ainda é possível viver no passado, [...], será preciso, em breve, escolher a que mundo a cidade – e, com ela, o país como um todo – pretende pertencer (NEVES, 2014, p. 134-135).

Um último aspecto não escapou ao olhar aguçado da princesa Teresa, que registrou que:

Para ver algo de instrutivo em Vitória, nem precisamos sair de casa. A Casa [Pecher, de exportação de café] onde estamos hospedados fica perto do porto e é uma das maiores empresas de café do país. Todo o espaço do térreo é ocupado como depósito de café. [...]. Os negros trabalham tão rapidamente e com tamanha disposição que dá gosto observá-los no serviço. Em fila ininterrupta, os carregadores de café se movimentam da casa até o navio. Em dois dias, ontem e hoje, eles carregaram 2.000 sacas de café, que representam um valor de cerca de 100.000 marcos. [...]. A exportação de café da Província do Espírito Santo no primeiro semestre deste ano chegou a 5,8 milhões de kg, a um valor de 2,3 milhões de mil réis (BAVIERA, 2013, p. 144-145).

O trabalho dos negros, cuja situação de escravidão havia sido abolida, remete a princesa a uma certa concordância, mas de modo algum ela louva a abolição ou condena explicitamente a escravidão, o que registra é a relevância da mão-de-obra para a exportação do café, um dos principais produtos da Província do Espírito Santo, como atestado nos valores que foram apurados por ela.

A análise das narrativas da princesa Teresa da Baviera e do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, nessa abordagem, nos permite acompanhar o fio de um destino particular – de um homem [e nesse caso, também uma mulher], de um grupo de homens – e, com ele a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998).

A impressão geral que ficou no bispo D. José Caetano da Silva Coutinho precisa ser relativizada, pois o seu olhar sobre a Província do Espírito Santo era o de um pastor que observa o seu rebanho e suas necessidades, além de lhes oferecer orientação espiritual. De um modo geral, o visitante religioso nos deixou a sua impressão maior quando registrou que

Crimei perto de duas mil pessoas, e não chegaram às esmolas a trinta mil réis; prova da grande pobreza da terra: e eu a conheci ainda mais pela aluvião de mendigos que me perseguiam em casa e pelas ruas, e que eu fui mesmo visitar as suas casas, e por quem reparti mais de duzentos mil réis (COUTINHO, 2002, p. 115).

Se no caso do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho o olhar religioso falou mais alto, por outro lado, a impressão geral que ficou na princesa Teresa, não foi das melhores, pois por lhe terem prometido espécimes de animais que não foram efetivamente entregues, ela concluiu que “os brasileiros são muito rápidos nas promessas, mas não confiáveis no cumprimento. Também pode ser que nesses casos eles apenas prometam por cortesia e nós, alemães, de costumes diferentes, acreditamos literalmente” (BAVIERA, 2013, p. 143).

Precisamos considerar que a princesa Teresa da Baviera produziu o seu livro tendo em vista um público leitor específico, o acadêmico europeu, que detinha uma visão consolidada e amplamente difundida sobre o Brasil, o seu relato precisava corresponder as expectativas do seu público leitor. No caso do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, a sua produção não era destinada a publicação, eram registros eclesiásticos, mas que, ainda assim, teria um público leitor, bastante restrito, que seriam os demais religiosos a quem o bispo resolvesse conceder o privilégio da leitura dos seus escritos. Assim, “o testemunho deve, portanto, ser decifrado em primeiro lugar como uma apresentação de si mesmo, moldada a uma enorme distância social e cultural, ligada a uma trajetória excepcional” (CHARTIER, 1990, p. 141/142). Mas é nesse sentido, justamente, em termos de análise discursiva, que se percebe que

O discurso está situado e determinado não só pelo referente como pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com o receptor. O emissor e o receptor do discurso correspondem a lugares determinados na estrutura de uma formação social. [...]. Este facto tem necessariamente consequências no discurso produzido. Estes lugares estão representados nos processos discursivos em que estão postos em jogo (os lugares) estando lá rigorosamente presentes, mas transformados. Tanto a situação do locutor como a do destinatário afectam o discurso emitido de A para B (BARDIN, 2004, p. 214-215).

Dessa maneira, é preciso considerar que, no caso da princesa Teresa da Baviera, enquanto viajante, ela pertencia à categoria daqueles autores que escreviam para a publicação, isto é, pressentindo um público leitor real, portanto uma relação em potencial do emissor com o receptor. Seria inaceitável ao público leitor europeu constatar uma imagem de um elemento endêmico do Brasil que divergisse daquela que estava há muito tempo consolidada.

Concluimos que a cidade de Vitória para o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho e para a princesa Teresa seria: 1º) A Província do Espírito não se resumia à capital (abarcando também os arredores); 2º) Mas, Vitória é o centro do poder político e econômico da Província, pois visitaram outras localidades sem julgar que tinham influência; 3º) A cidade é linda, desde que vista de longe. Considerando as impressões que tiveram e registraram, ele no início do século XIX e ela no final do mesmo, nota-se que a longo prazo as coisas em Vitória não mudaram muito.

A princesa Teresa da Baviera e o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho nos apresentaram em suas

narrativas o registro de um olhar que decifra e interpreta a cidade, mostrando a existência de um embate entre o velho, representado pela memória do tempo colonial, e o moderno. Sendo que a “sua [considerada] condição de cidade ‘jovem’ parecia justificar que a esse lugar ainda não tivesse ascendido e, ao mesmo tempo, garantia a energia e a disposição necessárias para que viesse a fazê-lo, e suas inesgotáveis e imensas ‘riquezas’ eram a maior garantia de que tal destino glorioso se cumpriria” (NEVES, 2014, p. 128).

Referências

BAVIERA, Teresa da. **Viagem ao Espírito Santo – 1888**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES, 2013. Coleção Canaã v. 12

COUTINHO, José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em princípios do século XIX: 1812 e 1819**. Vitória: Estação Capixaba Cultural, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand [Brasil]; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

BITTENCOURT, Gabriel. **Estudos Históricos do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES, 2006.

GASPAR, Lúcia. Viajantes (relatos sobre o Brasil, século XVI a XIX). In: **Pesquisa Escolar Online**, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

LEITE, Miriam Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. In: **Cadernos Pagu**, v. 15, Campinas: UNICAMP, 2000, p. 129-143.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza et al. **Cidade prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória**. Vitória, ES: EDUFES; São Paulo: Annablume, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. Uma cidade entre dois mundos – O Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. III – 1870-1889

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 179-223. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010) v. 2

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, José Eustáquio. **Viagens, Viajantes e Livros de Viagem: Goiás na primeira metade do século**

XIX (1812-1850). 2004. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Franca, 2004.